

P1 EP  
XEROX

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

UNIDADE DE VIZINHANÇA:

ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E INTRODUÇÃO NO BRASIL.

VICENTE QUINTELLA BARCELLO

Trabalho apresentado na disciplina:  
Urbanismo Modernista: a Questão  
das Origens, ministrada pela Prof.  
Dra. MARIA CRISTINA LEME.

São Paulo, 28 de Novembro de 1995.

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	03
<u>PRIMEIRA PARTE: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO</u>	
1. A Idéia de Unidade de Vizinhança e suas origens	05
2. Aplicações iniciais da idéia de Unidade de Vizinhança	11
3. Aplicações da idéia nas "Cidades Novas" Britânicas	13
4. Chandigarh: a Unidade de Vizinhança de Le Corbusier	16
<u>SEGUNDA PARTE: INTRODUÇÃO NO BRASIL</u>	
1. A Introdução das idéias de Unidade de Vizinhança no Brasil	18
<u>TERCEIRA PARTE: DESENVOLVIMENTO: O CASO DE BRASÍLIA</u>	
1. Precedentes e afinidades das concepções de Brasília	23
2. Lúcio Costa e as idéias de Unidade de Vizinhança	24
3. A Unidade de Vizinhança de Brasília	25
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	30
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	31

## INTRODUÇÃO

A Unidade de Vizinhança, é segundo a formulação original do início deste século, uma área residencial que dispõe de uma relativa autonomia, quanto as suas necessidades quotidianas de consumo de bens e serviços. Os equipamentos de consumo coletivo, teriam assim, sua área de atendimento coincidindo com os limites da área residencial.

As concepções mais clássicas de Unidade de Vizinhança apresentam duas preocupações básicas. A primeira, com a distribuição dos equipamentos de consumo na cidade e aí a escola está como foco das atenções, inclusive por ser um dos motivos geradores da concepção de Unidade de Vizinhança. A segunda preocupação, refere-se ao anseio de recuperação de valores de uma vida social a nível local (relações de vizinhança), considerados enfraquecidos ou mesmo perdidos com as transformações por que passou a vida urbana, em decorrência dos processos espaciais e sócio-econômicos ocasionados pela Revolução Industrial.

A distribuição e localização dos equipamentos de consumo coletivo é uma questão recorrente e de centralidade conceitual nas diversas concepções de Unidade de Vizinhança. Na grande parte das concepções, a escola é o parâmetro que dimensiona a área habitacional, que em extensão coincidiria com sua área de atendimento de modo a resultar, entre outros aspectos, uma unidade espacial mais ou menos fechada e autônoma, onde as condições de acesso estariam otimizadas. Para os agentes de planejamento e autoridades preocupadas com o equacionamento da questão habitação / equipamento, o sentido prático da idéia representou um grande apelo, contribuindo para que as idéias fossem difundidas e aplicadas em diferentes contextos sociais e econômicos ao redor do mundo.

São também recorrentes no desenvolvimento da idéia de Unidade de Vizinhança os anseios de recuperação de uma vida social de caráter local. Mas desde sua formulação inicial, as idéias de Unidade de Vizinhança tem sido muito criticadas, principalmente pelos seus intentos de organização social. Com o passar do tempo, estas críticas parecem ter minado a força desses anseios no contexto das idéias de Unidade de Vizinhança. Mas de modo algum esses anseios estão arrefecidos, apenas ganham certa autonomia com relação às idéias de Unidade de Vizinhança, que parece terem ficado obsoletas, passando a traduzir-se nos debates dos urbanistas como "*ideologia do lugar*".

A introdução e difusão das idéias de Unidade de Vizinhança no Brasil se dá a partir do eixo Rio - São Paulo, no início da década de 50, quando são feitas as primeiras aplicações das idéias. Mas a mais expressiva aplicação entre nós ocorre durante a construção de Brasília. Embora após a experiência de Brasília outras aplicações das idéias possam ser registradas, para efeito deste trabalho, consideramos a aplicação das idéias em Brasília como limite de nossa análise, seja pelas proporções desta aplicação, seja pelo arrefecimento das concepções junto com o que se tem chamado de "*crise do paradigma modernista*".

Ao buscarmos as idéias de Unidade de Vizinhança em sua origem e seu posterior desenvolvimento, tentamos entender as características das concepções introduzidas no Brasil. No mesmo sentido, analisamos algumas aplicações mais significativas no contexto internacional de modo a se traçar um breve quadro que evidenciasse as peculiaridades e inflexões que as idéias de Unidade de Vizinhança sofreram ao serem introduzidas entre nós.

Assim, na primeira parte deste trabalho, exploramos as origens e o desenvolvimento da idéia de Unidade de Vizinhança no exterior. Aí mencionamos algumas das aplicações iniciais mais significativas. Na segunda parte tratamos da sua introdução no Brasil, mencionando experiências de profissionais estrangeiros e nacionais que fazem a divulgação das idéias entre nós. Na terceira parte abordamos a aplicação das idéias feita por Lúcio Costa no caso de Brasília, cidade-manifesto que coloca em prática concepções urbanas que vinham a muito sendo gestadas, idéias essas entre as quais destacamos a Unidade de Vizinhança.

## PRIMEIRA PARTE: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO

### 1. A IDÉIA DE UNIDADE DE VIZINHANÇA E SUAS ORIGENS

Considera-se que o conceito de Unidade de Vizinhança (UV) foi formulado originalmente por Clarence Arthur Perry no contexto do plano de Nova York de 1929.<sup>1</sup> Na monografia, *The Neighborhood Unit*, Perry (1929) define UV como uma área residencial cujo tamanho deve garantir habitação para aquela população para a qual uma escola elementar é comumente requerida, dependendo sua área da densidade populacional, ele preconiza uma população de 5 mil habitantes para a UV. Perry pensa a UV como uma unidade pertencente a um conjunto maior — a cidade, e com certa auto-suficiência com relação aos serviços urbanos.

Os equipamentos de consumo coletivo teriam sua área de atendimento coincidindo com os limites da UV, sendo as escolas e outras instituições de caráter comunitário, agrupados em lugar central. Ele prescreve também um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e o lazer. Os locais de comércio necessários ao atendimento cotidiano da população estariam de preferência na junção de vias de tráfego mais intenso que circundariam a UV e adjacentes a outro comércio local, das outras UV.

A UV seria, assim, limitada por todos os lados por vias suficientemente largas para facilitar o tráfego de passagem. Em seu interior, Perry prevê um sistema especial de vias, dimensionado e desenhado para facilitar a circulação no interior, e desencorajar o tráfego de passagem.<sup>2</sup> Não se nota na concepção de Perry preceitos

<sup>1</sup> Alguns autores como Hurvy, consideram como marco de referência da formulação de UV o ano da publicação do volume VII do plano de Nova York (1929). Entretanto, autores como Lewis e Wittick, consideram 1939, ano da publicação do livro de Perry, *"Housing for machine age"*, onde Perry recolocaria suas idéias.

<sup>2</sup> Na monografia contida no plano de Nova York, Perry define assim a UV:

\*1. Tamanho. Uma unidade de vizinhança deve promover habitações para aquela população a qual uma escola elementar é comumente requerida, sua área depende da densidade populacional.

2. Limites. A unidade de vizinhança deve ser limitada por todos os lados por ruas suficientemente largas para facilitar o tráfego, ao invés de ser penetrada pelo tráfego de passagem.

3. Espaços públicos. Um sistema de pequenos parques e espaços de recreação, planejados para o encontro e para as necessidades particulares da unidade de vizinhança devem ser providenciados.

4. Áreas institucionais. Locais para escolas e outras instituições tendo a esfera de serviço coincidindo com os limites da unidade de vizinhança, devem ser adequadamente agrupadas em lugar central e comum.

5. Comércio local. Um ou mais locais de comércio adequados à população devem ser oferecidos, de preferência, na junção das ruas de tráfego e adjacentes a outro similar comércio de outra unidade de vizinhança.

6. Sistema interno de ruas. A unidade deve ser provida de um sistema especial de ruas, sendo cada uma delas proporcional à provável carga de tráfego. A rede de ruas deve ser desenhada como um todo, para facilitar a circulação interior e desencorajar o tráfego de passagem.\* (Perry, 1929)

de transformação da ordem estética do meio urbano, mas tão somente de ordem funcional. As transformações físicas se dariam basicamente no sistema viário e na localização dos equipamentos, sem grandes alterações no sistema de parcelamento dos lotes residenciais.

Figura : Diagrama de UV apresentado por Perry em sua monografia. Fonte: Perry (1929).

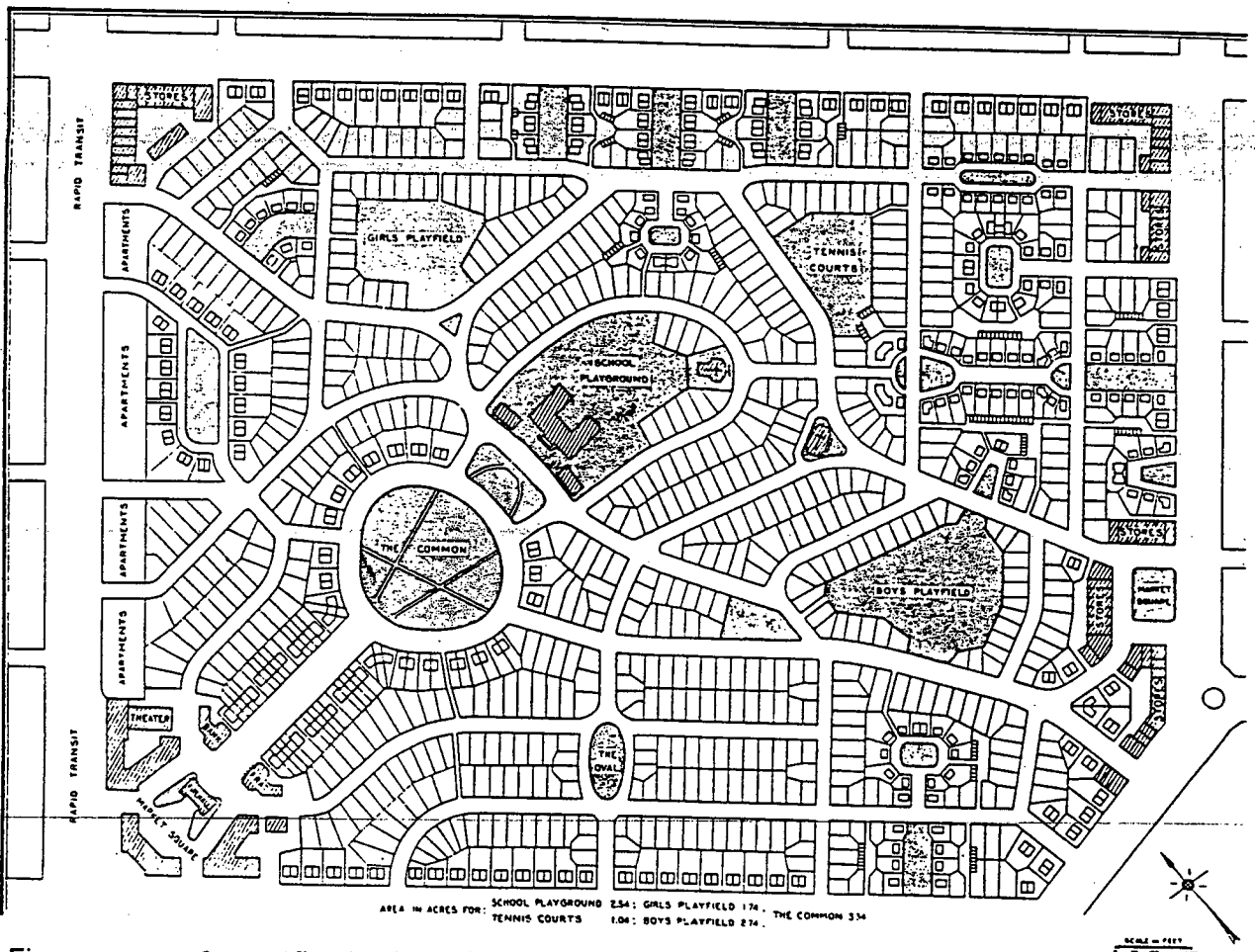
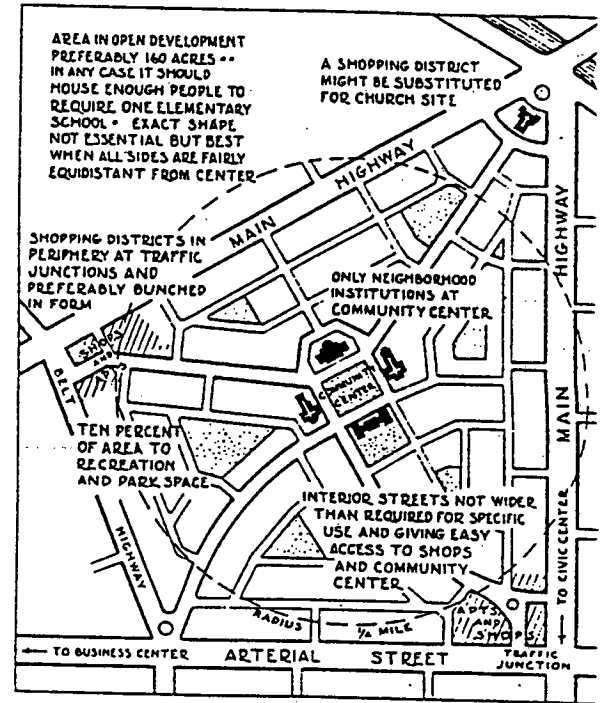


Figura: Sugestão de desenho para uma UV contido na monografia. Fonte: Perry (1929)

Na formulação de Perry notam-se duas preocupações básicas: a primeira com a distribuição de equipamentos de consumo coletivo, cujo principal foco de interesse está na escola; a segunda preocupação refere-se à reconstrução e preservação de valores de uma vida social a nível local (relações de vizinhança) considerados enfraquecidos pelas transformações por que passaram as cidades sob o impacto do desenvolvimento industrial.

O conceito de UV é, na verdade, resultado de uma série de desejos de planejamento físico, social e escolar e como tal é síntese de idéias provenientes de diferentes domínios do conhecimento. As reivindicações de educação pública enquanto direito a ser democraticamente estendido a toda população iniciam-se no iluminismo mas só mais tarde, no Século XIX ganham relevo no debate dos reformadores sociais que querem corrigir os males da sociedade industrial. A experiência de Robert Owen em New Lanark (1816) é, segundo Benevolo, uma iniciativa pioneira que se concretizou numa organização estável, partindo da educação, envolve toda a comunidade. Esforços no mesmo sentido encontramos no Familistério de Godin ou nas Comunidades Icárias de Cabet. (1987:53) O sentido destes prenúncios evoluiu durante a virada para o Século XX para anseios de se traduzir para o espaço urbano, as idéias de um sistema escolar em extensão. Anseios que Perry interpreta com sua formulação de UV.

A preocupação de Perry com o planejamento escolar se origina na sua experiência profissional com a implantação de escolas no meio urbano. Em grande parte é daí que ele considera que todas as habitações deveriam estar dentro de conveniente limites de acesso a uma escola elementar. Neste sentido ele propõe a inversão dos processos usuais. Ao invés da área residencial e sua população produzirem a definição e dimensionamento da escola, ele sugere que a área residencial deva ser dimensionada de modo a garantir habitação para aquela população para a qual uma escola elementar é comumente requerida.<sup>3</sup> Além de atribuir à escola o papel de dimensionar a área residencial, Perry sugere que sua construção como centro comunitário reforçaria seu papel aglutinador na comunidade.

Segundo Sennett (1988:358), com Camilo Sitte a crença na comunidade de pequena escala, na vizinhança, torna-se um compromisso social daqueles que pensam cidade, que passaram a se comprometer em construir e preservar o território dos males do capitalismo: a impessoalidade das multidões proporcionada pela sociedade industrial. Do mesmo modo, Arantes, (1993:93-5), sugere que a partir de Sennett, difunde-se entre os arquitetos e urbanistas; — "*a ideologia do lugar público*", que poderíamos interpretar como uma variante transformada das idéias de comunidade. O que se pode perceber através desses debates é a atualidade das questões locais e a recorrência das preocupações com a vida social na base geográfica imediata.

---

<sup>3</sup> A população preconizada por Perry era de 5 mil habitantes para cada UV em conformidade com as normas de planejamento escolar em uso na época.

A preocupação de Perry com a vida coletiva local, segundo Mumford (1982:541), tem como base, sua militância e liderança no movimento comunitário na cidade industrial de Rochester, cujos principais objetivos seriam; a aquisição física, concretização de centros sociais e como perspectiva, o desenvolvimento de cooperação e integração cívica a nível local. Neste contexto, ele teria se interessado pela teoria social e pelas investigações sociológicas, aproximando-se de Robert Park, Burgess e H. Ward, cujas idéias tomariam corpo sob a denominação de "Escola de Chicago de Ecologia Humana", com seus estudos sobre mudanças nas relações sociais nas cidades americanas em expansão e sobre a dinâmica das populações no espaço urbano. Juntamente com Ward, Perry luta para fazer da escola um centro social, propondo que o edifício escolar assumisse outras funções como a de centro comunitário, biblioteca e galeria de arte. A justificativa era de que as relações de reciprocidade entre a escola e a comunidade reforçariam o papel educativo da escola.

A teoria de UV, se apoia no conceito sociológico de vizinhança, que na definição clássica de Quenn e Carpenter (apud Hurvy 1973:12), é uma área onde os habitantes se conhecem pessoalmente, têm hábito de se visitar ou de trocar objetos, serviços e de fazer de vez em quando coisas em comum. Em "*A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano*" de 1916, Robert Park considera que "*A vizinhança - proximidade e contato entre vizinhos são a base para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida citadina (...) Na organização social e política ela é a menor unidade local.*" (1979:31)

O que está subjacente na concepção de vizinhança de Park assim como na concepção de UV, é a idéia de uma hierarquia em que o todo é constituído de parte numa ordenação considerada "*natural*", da mesma forma que um organismo possui células e órgãos que crescem e se tornam complexos num movimento de integração e diferenciação. A UV é pensada como uma unidade de um conjunto de entidades auto-suficientes, hierarquicamente localizada entre a habitação e o conjunto da cidade. A matriz destas concepções tem sido atribuída à "*teoria geral*" de Hebert Spencer (1820-1903), o "organicismo", mais conhecido como "evolucionismo", o qual ao tempo de Charles Darwin (1809-1882), procura explicar a sociedade através de uma visão metafórica das ciências naturais. Por este prisma, a sociedade e por conseguinte a cidade, passa a ser vista como um organismo. Com esta transposição, a cidade convulsionada pela Revolução Industrial passa a ser encarada como algo que padece de alguma patologia cujas razões estariam na forma urbana e no comportamento social.

A ciência urbana ao se constituir no início do século, desde logo está ligada a uma prática, que segundo Topolov (1991: 30-31) se apoia na crença que a cidade é um fator de progresso e que existem meios científicos e técnicos para controlá-la; na crença que a cidade é um organismo, ou um sistema onde o bom funcionamento do conjunto depende do bom funcionamento das partes e vice-versa e que a planificação é o primeiro dos remédios. A ciência da cidade inicialmente, apoia-se diretamente no método experimental concebido sobre o modelo da medicina.



Ao se tornar objeto de ciência e objeto de reflexão as idéias sobre a cidade se orientam, como sugere Choay, em duas direções; o modelo culturalista e progressista. As concepções do urbanismo culturalista se antagonizam com aquelas do urbanismo progressista, que tem em Le Corbusier seu mais expressivo representante cujo interesse está mais nas estruturas técnicas e estéticas, não dando lugar a limitações do tipo sócio-culturais e que quer ser expressão de uma demiúrgica liberdade da razão colocada ao serviço da eficácia, que se manifesta antes de tudo na importância que dá à saúde e à higiene. (1973:21)

As concepções do modelo culturalista reconhecidamente aparecem pela primeira vez, enquanto concepção urbana abrangente na obra de Ebenezer Howard "Garden Cities of Tomorrow"<sup>4</sup> onde ele prescreve um tamanho "ótimo" de cidade, partir do qual, o seu crescimento se devia dar pelo surgimento de novas colônias ou células urbanas, as cidades satélites. Howard apresenta uma visão de conjunto de uma cidade com suas áreas residenciais, industriais e agrícolas, onde estão implícitas preocupações com a contenção do crescimento das cidades. As idéias de Howard antecipam ao surgimento do planejamento regional na primeira metade deste século expandindo o planejamento da cidade para o âmbito regional, ao pensar as cidades estabelecendo uma rede hierarquicamente organizada.

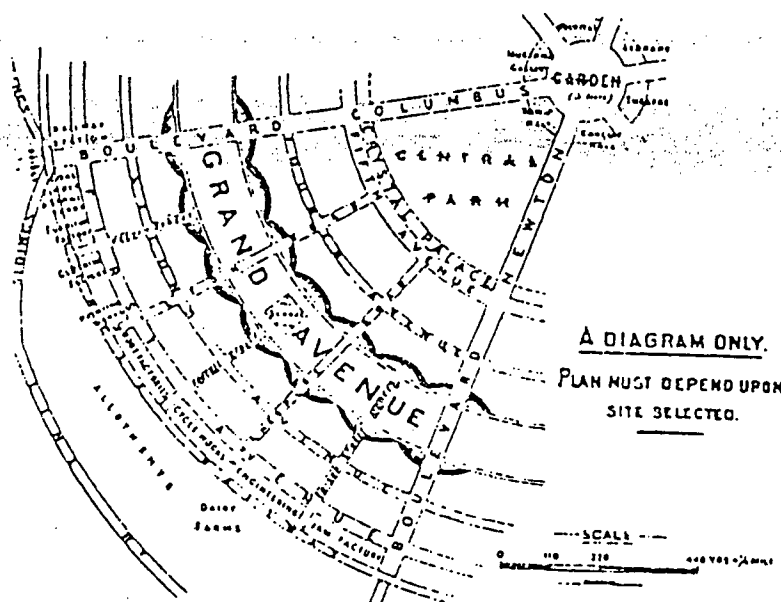
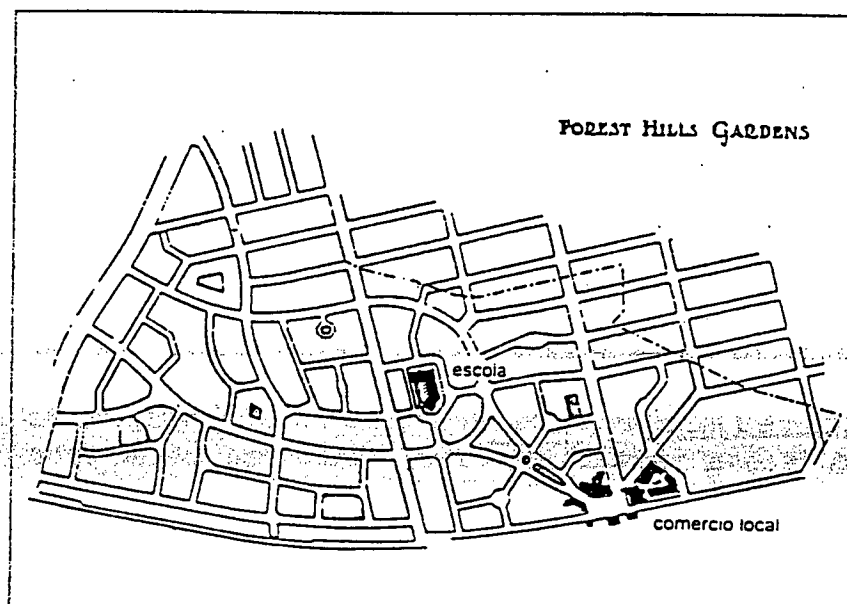


Figura : Diagrama da Cidade Jardim proposto por Howard.  
Fonte: Howard, 1970.

<sup>4</sup> "Gardens Cities of Tomorrow", é o título da reedição de 1902. Topolov (1991), aponta que o título primeira edição de 1889, *A Peaceful Path to Real Reform*, evidencia o desejo de estabelecer na cidade uma ordem social mais produtiva e menos conflituosa.

Ainda que Perry advogue uma organização urbana baseada em unidades sócio-espaciais separadas e auto-suficientes, ao contrário de Howard, seu foco de interesse se limita às áreas residenciais, relegando atenção ao conjunto da cidade formado pelas UV's. Mas efetivamente, a idéia de Cidade Jardim UV provém da idéia de cidade jardim ou da mesma linhagem de concepções, como preferimos. Sugestivamente, Forest Hills Gardens,<sup>5</sup> construída em Nova York por volta de 1911, como reflexo das idéias de cidade jardim de Howard, é descrita por Perry em sua monografia como um "ilustração de um novo tipo de comunidade urbana local" (Perry, 1929:90). Perry observa que a população de Forest Hills forma também uma área de serviço compatível com os tamanhos usuais de uma escola elementar. Mas Perry deplora que os limites em parte estejam bem definidos e que uma via de trânsito divida Forrest Hills em duas partes. Da avaliação de Perry das vantagens e desvantagens do projeto de Forest Hills surgem os princípios orientadores da idéia de UV.

Figura : Plano de Forest Hills em Queens, Nova York, 1911.  
Fonte: Lewis, 1965.



A julgar pelas referências encontradas na literatura, Forest Hills Garden tem sido objeto de intensa controvérsia quanto ao tipo de vida social que se encontraria ali. Harold Lewis, por exemplo, se refere à existência de uma comunidade "com reforçado senso de direito, que tem tido grande sucesso em seus propósitos: mostrando um alto grau de atitudes sociais, ao qual a fórmula de unidade a vizinhança favorece." (1957:7) A estes mesmos predicados, Richard Sennett fez contundentes críticas ao se referir às lutas comunitárias que ali ocorreram nas décadas de 60 e 70. Para Sennett, a celebração da comunidade contra os males do capitalismo impessoal se coaduna confortavelmente com um sistema mais amplo, porque leva a lógica da defesa do local contra o mundo exterior, mais que um desafio contra as atividades do mundo. (1988:385)

<sup>5</sup> O projeto de Forest Hills Gardens construída por volta de 1911, deve-se ao Arquiteto Paisagista Frederick Law Olmsted, sendo suas edificações obra do arquiteto Grosvenor Atterbury.

## 2. APLICAÇÕES INICIAIS DA IDÉIA DE UNIDADE DE VIZINHANÇA

A Perry é atribuída apenas a formulação da teoria de UV pelo fato o Plano de Nova York não ter sido colocado em prática, cabendo a Clarence Stein e Henry Wright, a primeira aplicação da idéia de UV no plano urbano de RADBURN, Nova Jersey, em 1929, coincidentemente o ano da publicação da monografia de Perry, onde inclusive constam ilustrações do plano de Radburn. Por esse motivo a idéia de UV foi algumas vezes atribuída a Clarence Stein ou descrita como um dos itens do que se viria a chamar de "idéia de Radburn". Mas Clarence Stein, reconhece mais tarde (1956), a originalidade da concepção de Perry em seu livro *"Toward New Towns for America"*.

Radburn, teve um significativo impacto na visão e na teoria do planejamento urbano do século vinte, sendo celebrada por sucessivos anos como um feito de uma visão que se baseia na força de um plano intelectualmente elaborado, ainda que parcialmente executado (Birch 1985:146-147).

Além da idéia de UV, Radburn coloca em prática uma série de concepções que vinham sendo desde muito amadurecidas. Por esse conjunto de inovações, seu plano urbano foi recebido como uma realização paradigmática do urbanismo modernista. *"A idéia de Radburn responde ao enigma de 'como viver com o automóvel' ou de 'como viver apesar dele', resolvendo estas dificuldades com uma radical revisão do relacionamento entre casas, ruas, caminhos, jardins, parques, blocos e vizinhança. (...) Nenhum dos elementos do plano são completamente novos, sua inovação foi integração de superblocos, vias de circulação separadas e especializadas, os parques traseiros às casas com duas frentes."* (Stein, 1956:41-44)

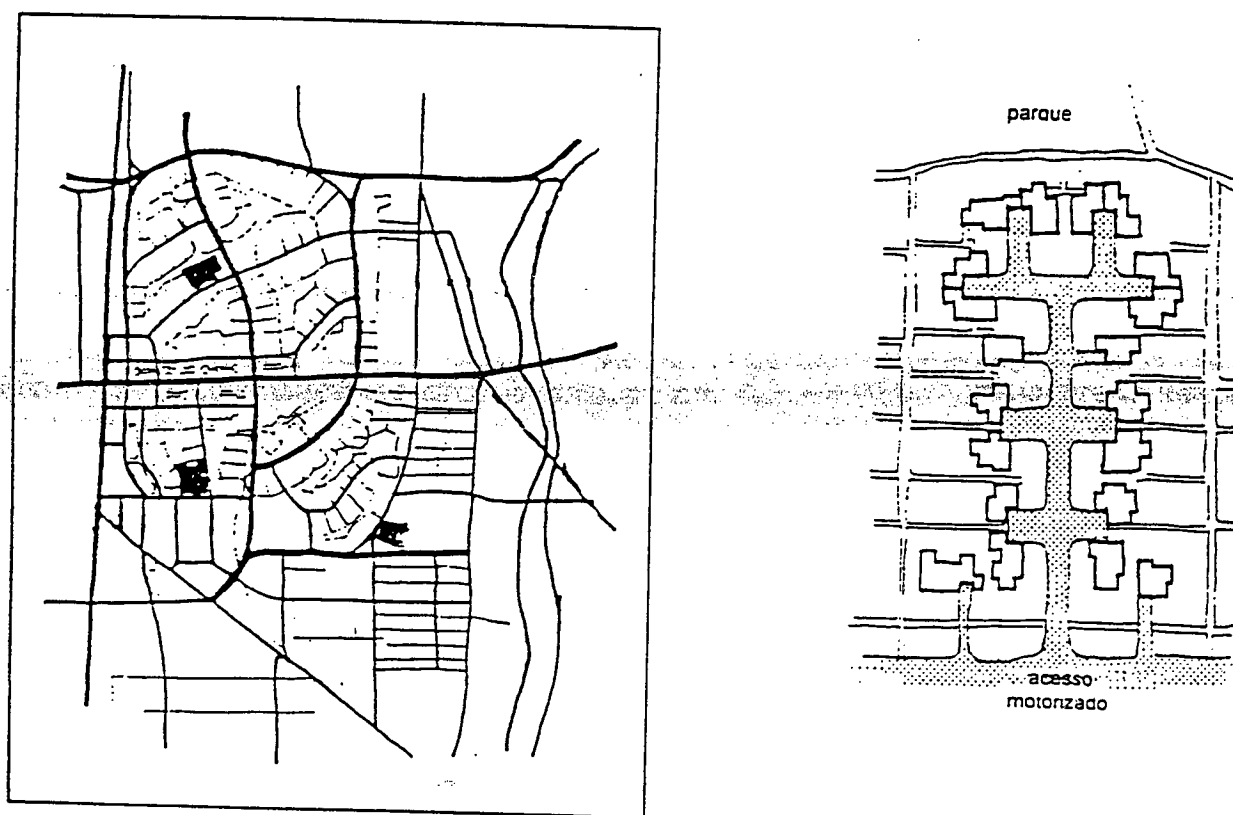
A separação das vias de passagem e as vias locais conforme Perry advoga avança no sentido de criação de dois sistemas independentes: o de pedestres e o veicular. Segundo Stein, esta separação teria como precedente o sistema criado por Frederick Law Olmsted, no Central Park de Nova York em 1859. (Stein, 1956:44)

Stein experimenta incrementar a hierarquia de Perry (habitação / UV cidade) introduzindo o 'superbloco' entre a habitação e a UV. No entanto, nos termos da concepção de UV, o superbloco<sup>6</sup> não chega a constituir uma subunidade já que hierarquicamente não é auto-suficiente.

<sup>6</sup> A expressão "Superbloco" foi traduzida entre nós como "Superquadra". Algumas vezes confunde-se Superbloco com a UV. Mas em Radburn, um conjunto de superblocos define uma UV.

O plano de Radburn foi elaborado em etapas com sucessivas alterações provocadas principalmente pelas contingências da crise econômica de 1929 que ao fim só permitiu a implantação de apenas parte do projeto.

Com Radburn, as concepções de UV ganham repercussão nos Estados Unidos com a criação de uma série de cidades ou expansões urbanas, que passaram a ser conhecidas como "*cidades greenbelt*".<sup>7</sup> Mas até o final da Segunda Guerra Mundial a aplicação das idéias de UV ficou praticamente circunscrita aos Estados Unidos. Com os trabalhos de reconstrução do pós-guerra na Europa, as idéias de UV encontram campo de afinidades para sua expansão, especialmente na Grã-Bretanha, onde as primeiras aplicações alcançam repercussão.



Superbloco

Figura : Esquemática de Radburn com detalhe do Superbloco  
Fonte: Stein, 1956.

<sup>7</sup> Os exemplos mais conhecidos são as cidades de Greenbelt Maryland, Greendale e Greenhill. Estas cidades como o próprio nome evidencia tomam como princípio orientador de sua configuração as idéias de cidade jardim, aos quais juntam a idéia de UV e a idéia de Radburn - o Superbloco.

### 3. APLICAÇÕES DA IDÉIA NAS "CIDADES NOVAS" BRITÂNICAS





As chamadas "cidades novas" britânicas, têm sido consideradas as mais consistentes experiências de planejamento urbano que tomaram por base as idéias de UV. Como parte dos esforços de reconstrução e de desconcentração de Londres, são planejadas uma série de cidades onde a adoção da idéia de UV é recomendada.<sup>8</sup> No entanto, o planejamento das "novas cidades" é condicionado por questões conjunturais.

Assim, devido às grandes demandas desse período pós-guerra, a escola só em parte é utilizada como parâmetro dimensionador da área habitacional. Enquanto o tamanho ideal fixado por Perry (5.000 habitantes) se baseava em uma única escola, nas "cidades novas" predomina a adoção de cifras superiores, em geral 10.000 habitantes por UV, colocando a necessidade de mais escolas de modo a atender a população. Outra variável introduzida se deve ao fato dos meios técnicos investirem no sentido de construir uma identidade local, anseio ausente nas formulações iniciais da idéia de UV.

Outras alterações dizem respeito à localização do comércio e dos parques. O comércio local é, na maioria das vezes, implantado no interior da UV, próximo à escola e não na periferia. Quanto aos parques, eles em geral estão dispostos nos limites das UV's e não no seu interior.

**STEVENAGE** foi a primeira das "cidades novas", projetada no pós-guerra e construída já em 1946, o que dá a medida do seu caráter de urgência. Seu projeto inicial previa seis UV's de 10 mil habitantes cada, agrupadas em semicírculo à volta de um antigo núcleo urbano que foi expandido. Tendo em vista a população prevista, cada UV teria duas escolas.

#### LEGENDA

-  Centro de Stevenage
-  escola primária
-  escola secundária
-  vias de acesso local

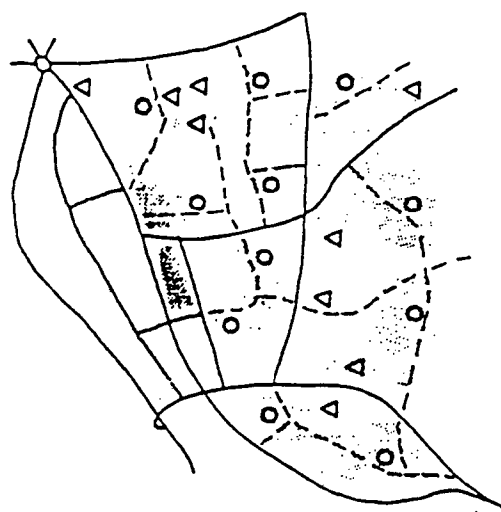


Figura : Esquema de UV de Stevenage.  
Fonte: Hurvy, 1973 e Lewis 1957.






<sup>8</sup> Segundo Wittick, (1975:1290) as idéias de UV são encampadas pelo "Count London Plan" de 1943 e no relatório "New Towns Committee" de 1946.

No entanto, a projeção inicial de 60 mil habitantes foi alterada para 80 mil o que acabou por gerar mais uma UV e o conseqüente adensamento do conjunto urbano. A solução adotada para o comércio foi distribuí-lo em três níveis. Um polo comercial central para atender o conjunto das UV's, um centro comercial por UV e pequenos subcentros distribuídos no seu interior. As principais críticas ao plano de Stevenage dizem respeito à dispersão de sua área residencial pelo excesso de áreas verdes envolvendo e separando as UV's.

"O mais interessante e avançado planejamento, jamais empreendido por um povo livre, (...)" assim Anhaia Mello (1955), se refere a construção de HARLOW (1947), que foi talvez a "cidade nova" de maior repercussão nos meios técnicos internacionais. Proposta como uma das 10 cidades satélites do plano da Grande Londres, foi pensada para abrigar uma população variando entre 60.000 a 80.000 habitantes, tendo sido cada UV projetada para abrigar uma população variando entre 4.000 a 7.500 habitantes. Cada UV teria assim, uma média de população inferior a Stevenage, o mesmo se podendo dizer com relação as demais "cidades novas". O sentido desta variação residiria na idéia de que esta proporção de habitantes daria um grande senso de vizinhança e coesão social.

Como no caso de Stevenage, o comércio aparece escalonado em três níveis. As UV's são agrupadas à volta de quatro focos de comércio, um dos quais é maior e funciona como centro de Harlow, os outros focos de comércio são de nível intermediário. Um pequeno comércio local é encontrado no interior de cada UV e junto a ele estão situadas as escolas de 1º grau.

LEGENDA

-  Centro de Harlow (área comercial central)
-  comércio da UV
-  escola primária
-  escola secundária
-  vias de acesso local

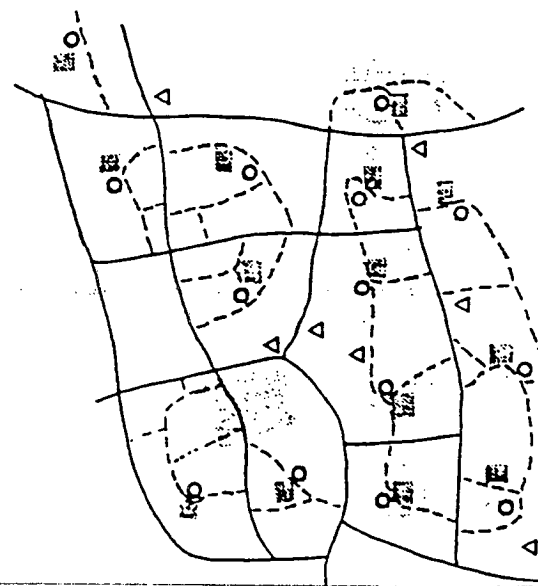


Figura: Esquema de Harlow.  
 Fonte: Hurvy, 1973 e Ferrari, 1984.

Atrai a atenção em Harlow, a superposição de áreas de atendimento de escolas, já que a redução do dimensionamento da UV acabou por resultar em uma proximidade entre as escolas que se poderia considerar como desnecessária. Esta proximidade tem sido explicada a partir das preocupações com a coesão social, tentada através de pequenos agrupamentos de habitações dentro da UV onde aí sim se teria homogeneidade. A idéia é que escola situada ao nível de vizinhança, seria foco de diversidades sociais, o que justificaria a superposição dos raios de abrangência. Relativiza-se assim, a escola como elemento dimensionador da UV, enquanto se dá maior ênfase às questões sócio-culturais.

Mas, antes de encerrarmos esta rápida abordagem das cidades britânicas vejamos ainda o caso de Milton Keynes. Seu interesse aqui é restrito, já que é posterior a Brasília, servindo apenas como indicador dos rumos posteriores que tomou a experiência de UV.

Em MILTON KEYNES, o interesse básico está na questão da acessibilidade dos habitantes no meio ambiente urbano, uma preocupação que também está presente na concepção clássica de Perry. A cidade estrutura-se a partir de uma malha viária principal que forma quadras de 80 a 120 hectares destinadas a uma população média de 2 mil habitantes. Todos os equipamentos, tanto as escolas quanto o comércio, estão aglutinados à volta dos pontos de ônibus, nas vias que servem de limite das UV's. Esses equipamentos no entanto, são acessíveis pela população de uma ou outra UV, através de passagens subterrâneas para pedestres sob as vias, criando condições de acesso à escola de certa forma compatíveis com as preconizadas por Perry. Como decorrência, temos um aumento das possibilidades de escolha dos equipamentos, que é uma outra preocupação encontrada no plano da cidade. Evidentemente, as áreas de atendimento dos equipamentos perdem em definição na medida em que maiores possibilidades de acesso venham a significar maiores possibilidades de escolha.

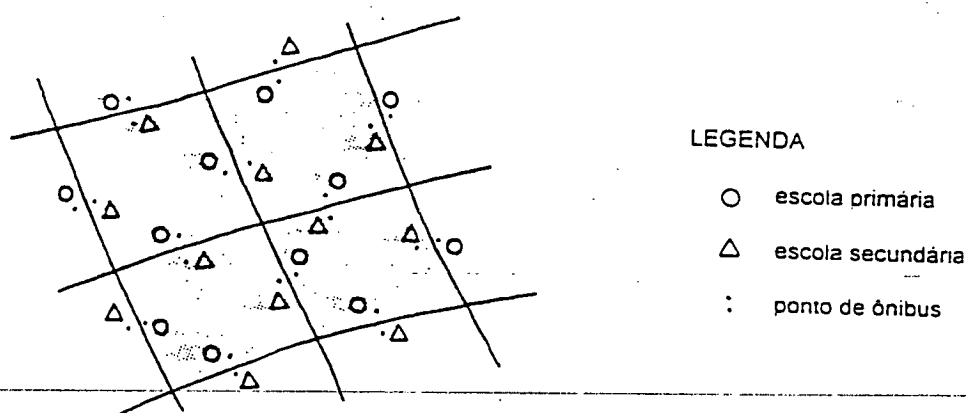


Figura: Esquema de Milton Keynes.  
Fonte: Hurvy, 1973 e Ferrari, 1984.

Durante o processo de desenvolvimento das idéias de UV no contexto europeu, pode-se notar que as concepções vão sendo reorientadas pelo confronto com as práticas em uso, orientadas pelo atendimento a novas necessidades que se colocam no Pós-Guerra, pelo embate com outras concepções de cidade, junto com a emergência de uma nova compreensão da vida social. Nesse ambiente, as experiências de UV nas "cidades novas" causaram grande impressão, mas suscitaram também muitas críticas. Sociólogos levantavam suspeitas acerca da sua validade, enquanto os planejadores reagiam contra a rigidez imposta aos planos pelas orientações oficiais.

Gerou-se então uma certa rejeição às idéias enquanto conceito básico para o planejamento residencial. A partir daí se manifesta nos meios técnicos europeus uma espécie de prurido em usar a expressão Unidade de Vizinhança, preferindo-se empregar outras expressões como "comunidades residenciais", "setores habitacionais" "áreas residenciais". (Whittick, 1975:1291)

Com as experiências das 'cidades novas' da Grã-Bretanha, das quais citamos aqueles exemplos mais significativos, as idéias de UV sofreram grandes transformações. Mas é a partir dessas experiências que as idéias ganham repercussão e passam a ser aplicadas em diferentes contextos ao redor do mundo. A título de exemplo pode-se citar as experiências das cidades de Beer-Sheva, Kiriath Bialik, Mtskhin e Chaim (em Israel) Yazd e Rezâye (no Irã) Kitimat (no Canadá) e muitas outras. Destacamos a experiência de Chandigarh (na Índia) conduzida por Le Corbusier a qual tratamos a seguir, pelo caráter emblemático emprestado pelo seu autor.

#### 4. CHANDIGARH: A UNIDADE DE VIZINHANÇA DE LE CORBUSIER

Inicialmente o plano de Chandigarh teria sido encomendado ao arquiteto americano Albert Mayer que fez os primeiros estudos. Esses estudos foram aproveitados posteriormente por Le Corbusier que passou a assumir o projeto. <sup>9</sup>

Ainda que haja similaridade entre as idéias de UV e "unidade de habitação" tal como Le Corbusier propõe em seus estudos e projetos anteriores (Plan de Voisin de 1925, Cidade Radiosa de 1930 etc.), há que se considerar que são idéias que partem de princípios diferentes. Segundo Françoise Choay, a diferença reside no fato de Le Corbusier defender um urbanismo "progressista" que tem seu interesse mais voltado

<sup>9</sup> Para Graham Ashworth, "(...) todo o plano representa em larga escala a aplicação do princípio de unidade de vizinhança, princípio este que é regularizado por Le Corbusier em sua predileção por ângulos retos e monumentalidade" (Ashworth, 1973:12)



para as estruturas técnicas e estéticas, que para as estruturas econômicas e sociais que seria o apanágio das "correntes culturalistas", predominantes nos países anglosaxões. (1979:20)

LEGENDA

- 1 área residencial
- 2 parque com equipamentos comunitários
- 3 comércio local

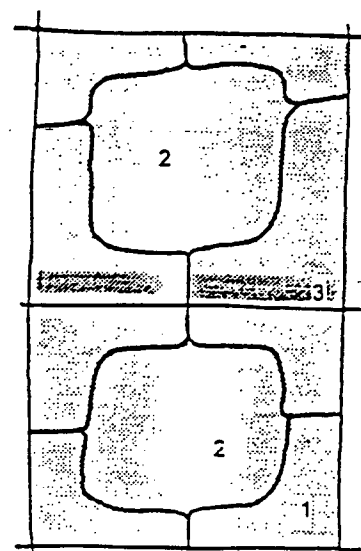


Figura : Esquema de dois setores de Chandigarh.  
Fonte: Le Corbusier, 1973 e Hurvy, 1973.

A despeito dessas diferenças teóricas, Chandigarh tem sido reconhecida como exemplo da aplicação das idéias de UV. Mesmo porque, como dissemos, há similaridade entre as idéias, quer pela sua origem na concepção inicial de Mayer, quer pelo hipotético reconhecimento por Le Corbusier do valor organizador das idéias de UV.

Em Chandigarh, a UV seria definida a partir de uma estrutura em xadrez de grandes vias hierarquizadas e pensadas para um trânsito rápido e mecanizado. O "setor" como prefere se referir Le Corbusier, foi estabelecido com dimensões variando em torno de 800 x 1.000 metros, servido por um sistema interno de circulação de veículos e dividido por uma via ao longo da qual se encontra o comércio, via esta cortada por uma larga faixa de parque que atravessa a cidade, onde estão as escolas e demais equipamentos comunitários, numa situação que sugere certa semelhança com as soluções adotadas em Brasília.

Com estas breves referências às origens e aplicações mais significativas da idéia de UV, passamos a examinar a introdução das idéias de UV no Brasil, as repercussões e inflexões que sofrem em nosso meio. Para finalizar analisamos sua aplicação no Plano Piloto de Brasília de Lúcio Costa.

SEGUNDA PARTE:  
INTRODUÇÃO DAS IDÉIAS NO BRASIL

1. A INTRODUÇÃO DAS IDÉIAS DE UNIDADE DE VIZINHANÇA NO BRASIL

A transposição de experiências e teorias surgidas em outros contextos, se dá conforme Lamparelli (1994:37) da seguinte maneira: primeiro, pela importação direta de métodos, práticas e profissionais de outros países; segundo, pela transposição difusa que se processa pela absorção de idéias, teorias, métodos e soluções capitadas por pessoas e instituições que exercem influência dispersa e incremental e por último pelo surgimento de situações problemáticas inéditas que exigem soluções a partir do confronto de paradigmas concorrentes.

Pode-se supor que o processo de introdução das idéias de UV no Brasil pelo menos inicialmente, se encaixa na segunda maneira de transposição sugerida por Lamparelli (op. cit.). Entretanto, dentro dos limites do presente trabalho não foi possível superar o estágio da suposição, visto que para tal, seria necessário uma revisão da literatura mais ampla, pelo fato de nos referirmos à introdução das idéias de UV no Brasil. Nesse sentido, o que fazemos são especulações sobre os processos de transposição das idéias de UV.

Em São Paulo, por exemplo, segundo Meyer (1991:70), Prestes Maia reivindica para si a introdução da idéia de UV, como um recurso projetual apresentado desde 1929. Do mesmo modo, o Professor Anhaia Mello, contendor de Prestes Maia nos debates, afinado com as idéias do "urbanismo orgânico" e com as idéias de UV, possuía em sua biblioteca o plano de Nova York, onde está a monografia de Perry.<sup>10</sup> Por estes indícios se poderia considerar que a historicamente *propalada* "demora na chegada das novidades" ao Brasil, provenientes dos grandes centros europeus e americanos, nem sempre se aplica. Pelo menos para aqueles cuja posição social ou profissional, possibilita o estabelecimento de elos de integração no nível internacional.

---

<sup>10</sup> Note-se que 1929 é o ano da publicação do Plano de Nova York, onde se insere a monografia de Perry sobre UV.

Anhaia Melo possuía uma cópia do Plano de Nova York tendo inclusive autografado seus 10 volumes. A coleção hoje, faz parte do acervo da biblioteca do Curso de Pós-Graduação da FAUUSP, certamente a única disponível nas bibliotecas brasileiras.

Na primeira modalidade de transposição proposta por Lampareli (op. cit.) temos o caso da primeira aplicação das idéias de UV que se tem notícia entre nós. Com este fim, investidores privados trouxeram ao Brasil o arquiteto espanhol José Luis Sert. A construção da "Cidade dos Motores" (1947) na verdade uma expansão urbana da sede do Município de Duque de Caxias (RJ) não teve seu projeto implantado em totalidade, hoje, as partes construídas estão incorporadas à área urbana do Município de Duque de Caxias. Do projeto original constava uma planta industrial (fábrica de tratores) e uma área residencial organizada em quatro UV's equipadas com escola, igrejas, comércio, parques e um estádio de futebol.

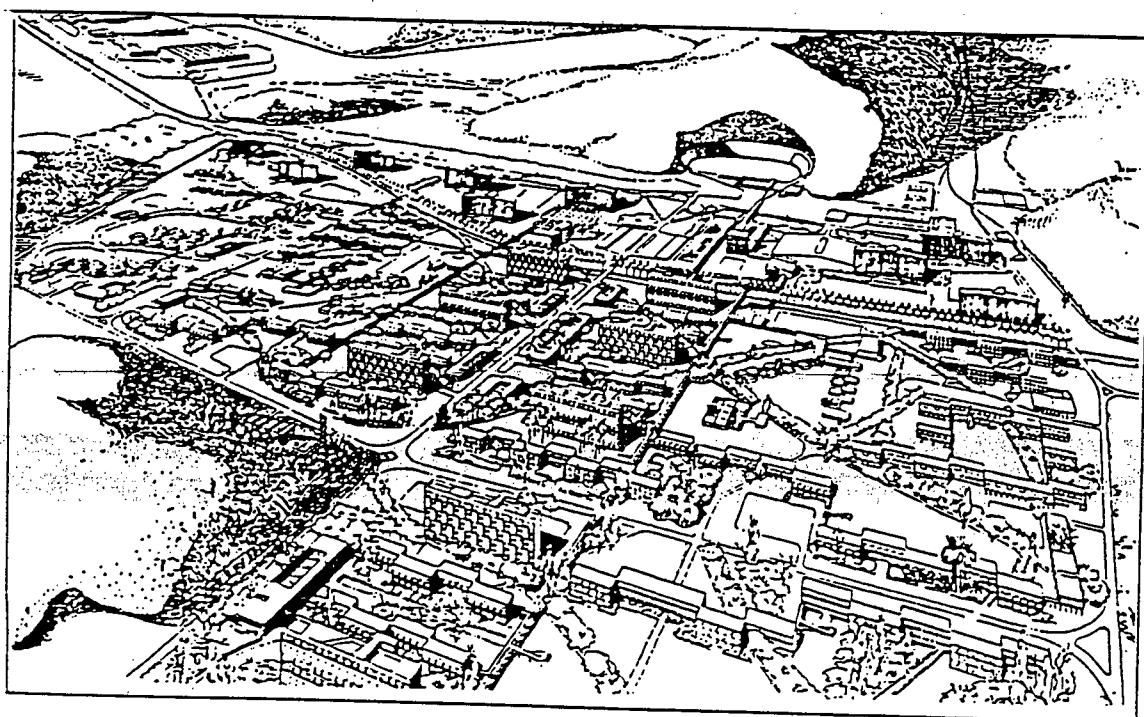


Figura : Perspectiva da Cidade dos Motores, Duque de Caxias, RJ.  
Fonte Lewis, 1957.

Posteriormente à aplicação de Sert, brasileiros experimentam as idéias de UV já no início da década de 50. Tal é o caso do Conjunto do Pedregulho de 1950 e a Unidade Residencial da Gávea de 1952, ambas do arquiteto brasileiro Affonso Eduardo Reidy, na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o limite em extensão destas duas aplicações, composta cada uma de duas ou três edificações, não chegam propriamente a configurar uma UV, poderiam ser melhor entendidas como "amostras" da idéia de UV que entretanto devem ser consideradas. Não pelos seus resultados materiais, mas pelo que deve ter significado na época como elemento de divulgação. Num certo sentido essas experiências, se aproximam também da "unité d'habitation" de Le Corbusier em Marseille, que procura resolver no corpo do próprio edifício as demandas dos moradores por serviços e equipamentos de consumo cotidiano.

Ainda na segunda modalidade de transposição sugerida por Lamparell temos o estudo da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - SAGMACS, instituição francesa criada e dirigida pelo Pe. Louis Joseph Lebret, que contratada pela prefeitura de São Paulo (1956), toma para estudo a metrópole Paulista de forma abrangente, considerando seus aspectos físicos e suas questões. Recusando o encargo de desenvolver um plano para a cidade, o trabalho assume um caráter analítico e exploratório, que reúne uma grande massa de informações.

O que há de contrastante entre a experiência da "Cidade dos Motores" de Sert e a proposta de Lebret é a complexidade da elaboração teórica e analítica desta última e o caráter da primeira, que poderia ser descrito como pragmaticamente arquitetônico. Os trabalhos da SAGMACS se desenvolveram com ampla interação e apoio de equipes locais brasileiras, enquanto, a produção da "Cidade dos Motores" se desenvolveu em outros contextos.

A capital paulista, que na década anterior tivera um crescimento populacional vertiginoso e se vangloriava de ser "a cidade que mais cresce no mundo", parecia ao Pe. Lebret *"um acampamento"*, que padece de *"anomalias"*. Neste contexto ele propõe transformar São Paulo numa *"aglomeração orgânica"*,<sup>11</sup> o que evidencia sua afinidade com o *"modelo culturalista"*, tal como o descreve Choay (1979:26) e por conseguinte com as idéias de UV.

Embora no trabalho *"Estrutura Urbana do Aglomerado Paulista"* apresentado pela SAGMACS não se encontre a expressão "unidade de vizinhança", a presença dessas concepções parece evidente. Já na fase inicial da pesquisa a equipe do Pe. Lebret identifica 360 *"unidades elementares"* constituindo a área urbanizada da então Grande São Paulo, baseada nos seguintes critérios: identificação da unidade pelos habitantes; homogeneidade da área; existência de limites identificáveis; existência de um núcleo de comércio e serviços; população mínima de 1.000 habitantes e dimensões territoriais cujo diâmetro se situa entre 1.500 a 2.000 metros.

Ainda nesta fase inicial o estudo adota como hipótese que a vida coletiva da população se realiza em 3 escalões:

*"Unidade Elementar: — é a unidade de base da análise, (...) Nossa hipótese é que nessas unidades as necessidades quotidianas da população possam ser satisfeitas. Os equipamentos correspondentes são principalmente o comércio de alimentação, a escola primária, farmácia, bares, pontos de parada de ônibus. (...)*

*Unidade Complexa: — é a que se compõe de várias unidades elementares com diâmetro da ordem de 3 km, no interior do qual uma das unidades, a unidade polar,*

<sup>11</sup> "Orgânico" é definido no estudo como oposto de "anárquico". (SAGMACS, 1957:V-44)

possui várias lojas de compra (sobretudo artigos domésticos e de vestuário simples cinema, médico, dentista, clube etc. Esta unidade satisfaz um segundo grau de necessidades da vida coletiva.

(...) *Unidade Completa*. Esta unidade constitui um conjunto de unidades complementares e elementares, compondo um todo quase auto suficiente quanto a vida coletiva da população. (...) (SAGMACS, 1957:II-8)

A partir desse complexo de unidades de análise, o estudo sugere em sua parte propositiva seis escalões organizacionais para a cidade:

- 1º - o loteamento;
- 2º - o conjunto de loteamentos que constituem uma *unidade elementar*<sup>12</sup> ; o conjunto de unidades elementares;
- 3º - o conjunto de unidades elementares que constituem uma unidade terciária ou complexa;
- 4º - o conjunto de unidades terciárias que constituem uma unidade secundária ou completa;
- 5º - a unidade municipal;
- 6º - a aglomeração multimunicipal." (op. cit.,: V-40)

Na proposta, a "unidade elementar" corresponde à UV, mas como em Stevenage e Harlow, ela é apenas um dos níveis hierárquicos constituintes da cidade. Mas a hierarquia que o estudo "*Estrutura Urbana do Aglomerado Paulista*" prevê armam uma trama de maior complexidade, mesmo porque não se reduz a uma esquematização meramente arquitetônica da cidade ou do escalonamento do comércio e dos serviços. Nesse sentido, o estudo vai além ao sugerir uma descentralização administrativa.

Das experiências da fase inaugural das idéias de UV no Brasil, certamente a de maior complexidade é aquela proposta por Lebrecht, inclusive por não se prender a aspectos puramente arquitetônicos, que muitas vezes pedem uma situação de tabuleira rasa, como meio de viabilidade. Partindo de uma trama de critérios identificada na cidade preexistente a UV, através da qual busca compor uma hierarquia que visa a desconcentração político-administrativa, numa situação de reversão total do quadro urbano existente. Nesse sentido, a UV proposta pela SAGMACS se aproxima das propostas de Perry que ao elaborar a concepção inicial de UV, o faz sobre o tecido urbano de Nova York. Outros pontos de identidade entre as propostas de UV de Lebrecht e Perry poderiam ser evidenciados, como a pouca preponderância dos aspectos arquitetônicos e a ênfase nas questões sociais.

A presença de Lebrecht no Brasil na década de 50 coloca em grande evidência as idéias de UV que passam a se disseminar não só nos meios acadêmicos e

<sup>12</sup> Grifo nosso.

profissionais, mas chegam inclusive à grande imprensa como ilustra um dos editoriais de "O Estado de São Paulo" de 22/06/56: "(...) avistamo-nos então com o Padre Joseph Lebret e de seus lábios ouvimos o que nossos urbanistas repetem todos os dias e esta folha tem procurado difundir com lealdade: é necessário mudar o sistema de urbanização, imprimindo à cidade uma estrutura orgânica, isto é, criando distritos residenciais e unidades de vizinhança (...)" (Apud IBAM, 1956:31)

Mas curiosamente, não são as concepções de cidade e de UV propostas por Lebret que são adotadas para a construção de Brasília. A opção escolhida é pragmática tal como as soluções apresentadas por Sert e Reidy. Meyer referindo-se ao assunto diz: "Embora a idéia de planejamento estivesse extremamente prestigiada (o Plano de Metas de Kubitschek era o exemplo maior) dificilmente o desenvolvimento poderia, dada a forma como ocorreu, comprometer-se com a 'harmonia' proposta por Lebret, baseada em uma racionalidade urbana distinta daquela que regia a vida econômica brasileira no decênio 50 / 60. Na verdade este compromisso ocorreu apenas no nível simbólico, quando se elegeu Brasília a "meta síntese" do Plano de Metas desenvolvido pelo governo Kubitschek". (1991:257)

SEGUNDA PARTE:  
DESENVOLVIMENTO: O CASO DE BRASÍLIA

1. PRECEDENTES E AFINIDADES DAS CONCEPÇÕES DE BRASÍLIA

Pode-se dizer que a idéia de organizar a nova capital do Brasil em UV's é anterior ao Plano Piloto de Lúcio Costa, já que em 1955, portanto dois anos antes de concurso, urbanistas convidados pela Comissão de Localização da Nova Capital usam as concepções de UV no projeto da cidade que se chama então de Vera Cruz. Na memória deste projeto seus autores<sup>13</sup> assim se referem: "*Os espaços residenciais (...) servidos por uma rede de circulação ao abrigo do tráfego intensivo, reservando-se espaços livres para escolas, jardins, recreação e pequeno comércio ('unités de voisinage').*" (Apud Silva 1985: 307)

A penetração das idéias de UV pode também ser constatada no conjunto dos projetos apresentados ao Concurso do Plano Piloto de Brasília, embora entre eles possa ser observada uma maior ou menor inflexão às idéias de UV dentro de um contexto de predomínio dos ideais do que Choay chama de "urbanismo progressista".

Dessa fusão nasce um modelo híbrido, o que poderia ser considerado desconcertante caso se buscasse a ortodoxia dos princípios progressistas e organicistas (Santos, 1981: 13). Contra as expectativas desses modelos teóricos, Lúcio Costa em depoimento ao "*Jornal do Brasil*" em 1961 responde: "*Words, words... toda arquitetura digna do nome é a um tempo orgânica e racional (...)*" (Apud C.E.U.: 327)

De fato, seria mais correto considerar que as concepções de Brasília sejam fruto de uma ou outra corrente de idéias, mesmo porque as origens desse debate se situam em outros contextos, onde a distinção e definição de concepções se faziam mais nítidas. Chegando a nós, principalmente pelo consenso que se estabelece no plano internacional, nos congressos do CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Modern), estas concepções chegaram filtradas e de certa forma reinterpretadas e readaptadas.

James Holston mesmo considerando o plano de Brasília filiado aos ideais do CIAM, aponta para uma possível influência do construtivismo soviético e do

---

<sup>13</sup> Segundo Silva (op. cit.), os urbanistas de Vera Cruz são Raul Pena Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis.

funcionalismo pós-stalinista devido a uma certa afinidade de objetivos de transformação social existentes entre a arquitetura soviética, os ideais do CIAM e os arquitetos brasileiros que encabeçam a renovação modernista. (1993:44/5) Do mesmo modo, não se pode negar certa identidade de princípios entre as casas comunais soviéticas, solução semelhante a "*unidade de habitação*" prescrita por Le Corbusier e pelos manifestos do CIAM com as idéias experimentadas em Brasília.

## 2. LÚCIO COSTA E AS IDÉIAS DE UNIDADE DE VIZINHANÇA

No relatório do projeto aprovado em concurso para construção da nova capital intitulado "*Plano-Piloto de Brasília*", os dados apresentados por Lúcio Costa são, como ele diz na introdução, "*sumários*" apesar de "*depois intensamente pensados e resolvidos*" (1957:12).

A solução adotada para os setores habitacionais é abordada de forma muito restrita. Poderíamos até considerar que outros aspectos do plano, como o sistema viário, estão mais explicados no relatório. Esta ênfase pode ser compreendida em parte pelo papel estruturador do sistema viário composto de dois eixos principais que se cruzam; o Eixo Monumental que aglutina as atividades institucionais e o Eixo Rodoviário ao longo do qual está disposto o setor habitacional que, ao ser cortado pelo Eixo Monumental, divide o Plano Piloto em duas partes de igual proporção, hoje conhecidas como Asa Sul e Asa Norte.

O setor habitacional, tanto em sua parte Norte quanto Sul, margeando o Eixo Rodoviário, é composto por uma seqüência de grandes quadras denominadas por Lúcio Costa de "superquadras" que assim as descreve:

*"As superquadras residenciais, assim designadas não tanto por se pretenderem superiores mas porque são grandes. agrupam-se em número de quatro, constituindo cada conjunto uma unidade de vizinhança<sup>14</sup> autônoma, com escola, comércio local, facilidades de recreio, etc. O tráfego motorizado é delimitado e contido nas áreas internas de acesso aos blocos residenciais e respectivo estacionamento; todo o restante da quadra, inclusive a periferia arborizada é privativa dos pedestres - gente, portanto, - e as mães, distantes seis mil milhas de Harlow, poderão ver os filhos correr sem risco para a escola." (Costa, apud C.E.U.A., 1962:306)*

<sup>14</sup> Grifo nosso.



Mais tarde durante os anos setenta, Lúcio Costa manifestaria uma certa reserva em usar a expressão "unidade de vizinhança". Rende-se assim à pruridos que se generalizam entre os planejadores urbanos na época, situação a qual já nos referimos no contexto europeu. Assim, no Seminário sobre Problemas Urbanos de Brasília em 1974, ele defende sua concepção dizendo: "A *área de vizinhança* é o elemento fundamental na proposição de Brasília, reunindo quatro quadras para constituírem então a *área de vizinhança*, para que haja realmente um sentido residencial, local, sossegado." <sup>15</sup> (Senado Federal, 1974:81)

### 3. A UNIDADE DE VIZINHANÇA DE BRASÍLIA

Como vimos inicialmente, a concepção clássica de UV origina-se no desejo de revificar a vida social de nível local e no desejo de organizar os equipamentos de consumo coletivo que acaba resvalando para a organização do conjunto da cidade. A concepção de UV que Lúcio Costa engendra como meio de estruturar o setor habitacional de Brasília não passa ao largo destas preocupações embora apresente peculiaridades como, por exemplo, o fato de ser fracionada em quatro superquadras.

"Na confluência de quatro quadras localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na faixa fronteira à rodovia se previu o cinema, a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio." (Costa, 1957:art.16)

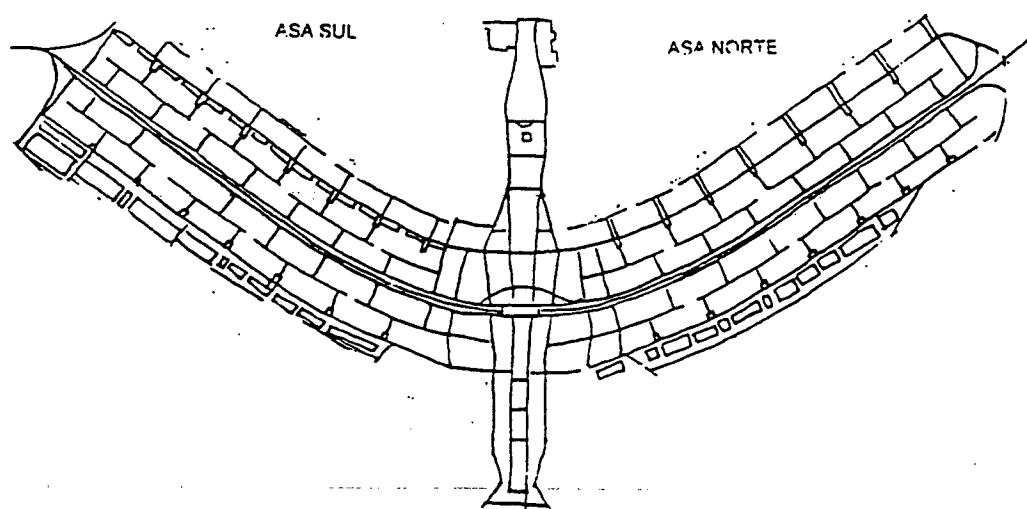


Figura : Esquema de UV do Pano Piloto.  
Fonte: Costa

<sup>15</sup> Grifo nosso.

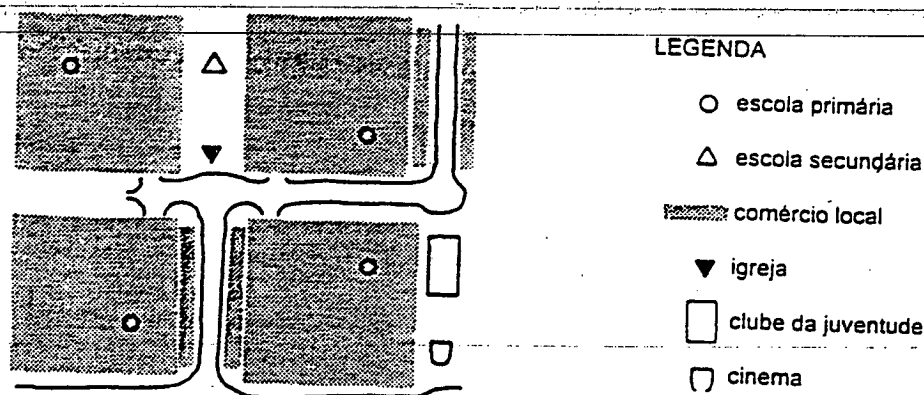


Figura: Esquema de uma UV tal como proposta por Lúcio Costa.  
Fonte: Costa 1957.

Organizadas com certas condições de auto-suficiência de equipamentos, cada superquadra incluiria ainda uma escola primária e um certo número de estabelecimentos comerciais de nível local nas vias de acesso, voltados para o interior das superquadras. Tal como na concepção clássica, há uma nítida preocupação com a distribuição dos equipamentos urbanos de consumo coletivo, sendo a área residencial pensada em termos de auto-suficiência, meio utilizado para se conseguir condições ambientais que permitissem restituir "o chão, na justa medida, ao pedestre ." (idem, art. 23)

Ainda que as condições de auto-suficiência na UV do Plano Piloto apresentem peculiaridades pela introdução da superquadra e pelo tratamento dado à distribuição dos equipamentos na UV, essas peculiaridades são interpretadas por Gorovitz como tentativas de renúncia ao "caráter local" que é própria da concepção, na busca de estabelecer um "intercâmbio capaz de transcender as relações de vizinhança". Segundo sugere o autor citado, essas peculiaridades seriam proporcionadas em parte, pela articulação dos equipamentos face ao sistema viário. articulação essa que se daria em três modos distintos:

- "(...) a) junto às vias locais: escolas primárias, jardins de infância e bancas de jornal. (internas à quadra)  
b) junto às vias secundárias (W-1 e L-1); comércio de entrequadra, restaurantes, igreja, escolas secundárias e escolas parque, supermercados, clube de vizinhança, correio, delegacia e postos de serviço e abastecimento.  
c) junto às vias principais (Eixo Leste e Oeste): cinemas, galerias comerciais e praças de esporte (...) (1991,48)

Mas, essa possível opção por uma UV mais "extrovertida" é limitada, só podendo ser considerada para o caso dos equipamentos situados junto às vias secundárias e principais. Ainda que se possa aceitar a idéia da UV do Plano Piloto como uma estrutura mais aberta ao conjunto da cidade, pela relação aos equipamentos inseridos no interior das quadras, a intenção que se revela é a de atribuir um caráter mais local.

Ao se comparar o sistema viário interno às superquadras em sua relação localização das escolas com as soluções encontradas, por exemplo, em Stevenage e Harlow, onde as escolas estão situadas junto a vias internas, o que de certa forma permite o trânsito de passagem, somos levados a concluir que a solução, adotada no Plano Piloto é mais restritiva já que o sistema de vias no interior das superquadras adota uma solução que não só visa, como propunha Perry, "desestimular o tráfego de passagem" mas mesmo eliminar tal possibilidade.

Quanto às preocupações com a vida social, consta no relatório apresentado no concurso que um dos objetivos do agrupamento de superquadras de quatro em quatro é o de propiciar um "certo grau de coexistência social". (Costa 1957:17) Aqui, tal como na concepção clássica, há um sentido de se atribuir aos equipamentos outras funções além daquelas que lhes são próprias. O pressuposto é que os equipamentos funcionam como aglutinadores da vida social e que a manipulação dos focos de equipamentos poderia ser feita de modo a propiciar um certo grau de coesão social. Dessa manipulação surge um novo ordenamento dos equipamentos no espaço físico, orientado pela separação física de práticas sociais distintas. Em Brasília, a manipulação dos referidos focos segue uma hierarquização que distingue dois planos: no plano da UV, situam-se aqueles equipamentos de uso menos imediato ou menos vinculado à habitação como a igreja, o correio, a biblioteca, o clube de vizinhança etc. No plano da superquadra, situam-se os equipamentos escolares e o comércio local.

No contexto da teoria de UV poderíamos considerar que a superquadra, pela sua relativa autonomia, é uma subunidade da UV. O significado desse fracionamento da UV ultrapassa em complexidade o fracionamento encontrado nos esquemas de Perry. Do mesmo modo, o superbloco de Radburn não chega a constituir em uma subunidade da UV, ainda que represente uma formação mais elaborada que a concepção Perry. Assim, a estrutura hierárquica (habitação / UV / cidade) encontrada na concepção de Perry é modificada pela introdução da figura da superquadra entre a habitação e a UV. Da introdução da superquadra resultam as peculiaridades da UV do Plano Piloto.

Uma diferença de base entre a concepção de Perry e a UV de Lúcio Costa está na inversão de ordem entre a escola e a área residencial. Enquanto na concepção de Perry a escola determina o tamanho da área residencial, em Brasília, a área residencial determina a existência e o dimensionamento das escolas, que passam a estar referidas, em parte às superquadras. A introdução da superquadra, segundo Gorovitz (op. cit.: 48), foi a forma encontrada por Lúcio Costa para liberar a UV dos limites de população (5 mil habitantes) que a concepção de Perry preconiza como ideia preservando-se as condições de acessibilidade aos equipamentos escolares pelas faixas de menor mobilidade.

No entanto, aumentos de população nas UV's já haviam sido experimentados, como no caso de Stevenage (1947), chegando-se ao desdobramento das escolas e distribuindo-se pelas UV's pequenos pontos de comércio de apoio. Esse desdobramento das escolas e do comércio de apoio feito juntamente com o incremento do núcleo central de comércio que é enfatizado por seu porte e localização permaneceu polarizando a UV, não chegando a alterar a estrutura hierárquica da concepção clássica.

No Plano Piloto, a introdução da superquadra dá à UV um caráter mais fragmentário que favorece o acesso a alguns equipamentos de consumo coletivo, como, por exemplo, o comércio local e a igreja. A exceção fica por conta dos equipamentos de ensino situados no interior das superquadras, numa situação em que está explícita sua destinação ao consumo local, havendo nesse aspecto uma similitude com os esquemas propostos de Perry.

No entanto, a multiplicação de escolas classe e jardins de infância interiorizados nas superquadras da UV, não deve ser tomada como resultado das preocupações com a oferta de opções de escolha à clientela escolar, tal como encontramos em algumas experiências britânicas. A multiplicação de equipamentos deriva sim, da solução fragmentada de UV e da tentativa de conciliar essa fragmentação com condições especiais de acesso para a clientela escolar.

A fragmentação e permeabilidade da UV tem sido algumas vezes interpretada como resultado da tentativa de emprestar ao ambiente urbano aquelas qualidades que comumente costumamos nos referir como "de metrópole". A fragmentação e a permeabilidade encontrada na UV do Plano Piloto seria assim resultado do desejo de abandono dos aspectos intimistas e limitadores de relações sociais mais amplas que seriam induzidas, pela própria configuração da UV.

A presença de tal intencionalidade é discutível. Ainda mais se levarmos em conta que nos planos iniciais previa-se que o comércio local estaria voltado para o interior das superquadras e, portanto, destinados prioritariamente à população residente. Assim, fica difícil aceitar a idéia de um abandono deliberado das preocupações com a coesão social em troca de possíveis qualidades de "metrópole" conseguidas apenas pela fragmentação do comércio local e das áreas residenciais.

Quanto a coesão social, talvez fosse mais adequado considerar o significado que a questão suscita entre nós brasileiros. Enquanto no discurso dos urbanistas americanos e ingleses coesão social significa, principalmente, interação entre grupos divididos por questões étnicas e religiosas, no discurso de Lúcio Costa a idéia de coesão social sofre as inflexões das condições peculiares do país, correspondendo aos anseios de superação de desigualdades sociais originadas pela distribuição de renda.

As expressões destes anseios são bastante conhecidas, tanto em Lúcio Costa quanto em Oscar Niemeyer, para quem esses anseios se concretizariam através da UV enquanto dispositivo espacial e pela distribuição de unidades habitacionais entre diferentes estratos sociais de modo a igualar as oportunidades de acesso aos equipamentos urbanos. O uso desses equipamentos favoreceria assim, o convívio desses diferentes segmentos sócio-econômicos. A arquitetura e o urbanismo seriam instrumentos através dos quais seria possível transformar as relações sociais.

Durante a construção da cidade, estes anseios de integração social são expandidos pelo otimismo forjado no período. Pensa-se na construção de centros comunitários nas entrequadras de modo a favorecer a participação da população na administração da cidade, assim como são pensados certos projetos de coletivização.

como o das lavanderias e cozinhas coletivas, que terminariam por ser suspensos descartados.

Como quase tudo que diz respeito a Brasília, a pretendida coesão social gera intensa polêmica. Para os defensores da concepção de Brasília, os anseios sociais não teriam se realizado pelo fato da proposta original do plano não ter sido respeitada principalmente naqueles aspectos da coexistência dos vários segmentos sociais, alvo de oposição das autoridades da época.

No entanto, ao se desenvolverem as cidades continuamente reestruturam a despeito das intenções dos projetos urbanos. Esse fato resulta da interação das diferentes forças nelas atuantes, o que limita o papel para um possível determinismo arquitetônico e urbanístico.

Mas, ainda que se rejeite a idéia do determinismo, há que se relevar que os processos sociais, não são indiferentes às morfologias urbanas e categorizações onde acontecem. (Holanda in Paviani 1985:39) Ainda assim, é plausível considerar que as estruturas físicas podem, até certo ponto, ser subvertidas ou utilizadas para fins e modos diferentes daqueles para as quais foram pensadas. Pois, a partir de determinado ponto, a gestão social se sujeita a essas estruturas, aceitando-as tal como são em sua concretude, mas sem corresponder aos desígnios para os quais foram pensadas, numa relação que visaria a economia de um possível "capital-social".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos inicialmente, o sentido prático das idéias de U representou um grande apelo para os profissionais e autoridades preocupadas com equacionamento da questão habitação / equipamento contribuindo para que as idéias fossem difundidas e aplicadas em diferentes contextos. No Brasil com a experiência c Brasília as idéias de UV ganham certa força entre nós. Na década de 60 e 70 inúmeros projetos de construção de cidades lançam mão das idéias, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, durante o processo de expansão da fronteira econômica.

Entretanto no contexto europeu e americano as idéias eram cada vez mais questionadas e reelaboradas, mas mesmo aí a experiência de Brasília representou um alento. Como reflexo no Brasil, ao longo do tempo as idéias vão perdendo força, até desembocar na crise do "*paradigma modernista*" que se globaliza, a ponto das idéias de UV parecerem coisa do passado.

Nesse contexto os anseios sintetizados nas concepções de UV são desagregados e recolocados sobre novos eixos. Entretanto como sugere Arante (1993:98), parte desses anseios ressurgem nos debates como "*ideologia do lugar público*", ou como se refere Peponis (1989:6), sob a forma de uma "*utopia regressiva do localismo*".

Quanto aos anseios de organização dos equipamentos de consumo coletivo, estes parecem ter se diluído, denotando uma perda de interesse sobre a questão que é compreensível no quadro dos países desenvolvidos passado o período de reconstrução do Pós-Guerra, em que as cidades e populações se apresentam estabilizadas. Como se sabe esse não é o caso brasileiro, onde o contínuo crescimento da população e das cidades faz crescer as demandas sociais sugerindo a necessidade de se pensar os equipamentos de consumo coletivo. Mas tem dominado entre nós um certo alheamento, que inclusive se manifesta na preferência pelos temas que se colocam hegemonicamente nos centros irradiadores do saber arquitetônico urbanístico.

Pensar soluções de distribuição e localização dos equipamentos públicos de consumo coletivo é uma tarefa que cabe àqueles profissionais, que pelo menos em tese, fazem e pensam a cidade. Nessa tarefa a busca da compreensão de concepções urbanas passadas pode contribuir para o aprimoramento de soluções urbanas em uso assim como contribuir para novas formulações teóricas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. (1993) *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo, Edusp / Nobel.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. (1965) *Planejamento urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- BENEVOLO, Leonardo. (1987) *As origens da urbanística moderna*. Lisboa, Editorial Presença.
- BIRCH, Eugenie L. (1985) Radburn and the American Planning Movement: the persistence of idea. in *Introduction to planning history in the United States*. org. Krueckberg. Donald. New Jersey, The Center for Urban Policy Research.
- C.E.U.A. (1962) *Lúcio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre. Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura UFRGS.
- CHOAY, Françoise. (1979) *O urbanismo utopias e realidades. antologia*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- COSTA, Lúcio. (1957) Relatório do Plano-Piloto de Brasília. revista *Módulo*. nº 8, julho, Rio de Janeiro.
- FERRARI, Célson. (1984) *Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo*. São Paulo, Pioneira.
- GOROVITZ, Matheus. (1991) Unidade de Vizinhança marca o modo de vida brasiliense. *Revista da Codeplan*. nº 1, ano 1, jan/91, 47-52. Brasília, Codeplan.
- HOLANDA, Frederico. (1985) "A morfologia interna da capital" in *Brasília ideologia e realidade / espaço urbano em questão*. org. Aldo Paviani. São Paulo, Projeto.
- HOWARD, Ebenezer. (1970) *Garden cities of tomorrow*. London, Faber.
- HOLSTON, James. (1993) *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo Cia das Letras.
- HURVY, A. J. (1973) "L'unité de voisinage en tant que structure en arbre ou semi-trellis". in *Planification habitat information*, Paris. Secretariat des Missions d'urbanisme et habitat.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (1956) "Unidade de vizinhança". *Notícias Municipais*. Rio de Janeiro, julho/agosto, ano III.
- LAMPARELI, C. M. (1994) *O Pe. Lebrez: continuidades. rupturas e sobreposições*. Conferência proferida no 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Carlos. mimeo.

- LEWIS, Harold M. (1957) *Planning the modern city*. Nova York, John Willey e Sons.
- MELO, L. A. (1955) Urbanismo positivo e urbanismo negativo: as modernas cidades inglesas. Conferência proferida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em comemoração ao dia Mundial do Urbanismo. São Paulo.
- MEYER, R. M. P. (1991) *Metrópole e Urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese de Doutorado. FAU - USP, São Paulo.
- MUMFORD, Lewis. (1982) *A cidade na história, suas origens transformações e perspectivas*. São Paulo / Brasília, Martins Fontes / Ed. Universidade de Brasília.
- NEWTON, Norman T. (1971) *Design on the land: the development of landscape architecture*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.
- OPEN UNIVERSITY. (1975) *The city as a social system*. Milton Keynes.
- PARK, Robert. (1979) "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano". in *O fenômeno urbano*, org. Otávio Gilberto Velho. Rio de Janeiro, Zahar.
- PERRY, Clarence Arthur. (1929) Neighborhood and community planning. in *Regional Plan of New York and its Environs*, Regional Survey, volume VII. New York.
- PEPONIS, J. (1989) Espaço, cultura e desenho urbano no modernismo tardio além dele. Tradução de texto da revista *Ekistics*, v. 6 n.334/1989 (Atenas). Brasília, mimeo.
- SAGMACS - SOCIEDADE PARA A ANÁLISE MECANOGRÁFICA E GRÁFICA DO COMPLEXOS SOCIAIS. (1957) *Estrutura urbana da aglomeração paulista: estruturas atuais e estruturas racionais*. São Paulo, PMSP.
- SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS (1985) *Brasília 57-85 (do Plano-Piloto ao Plano Piloto)*. Brasília.
- SENADO FEDERAL. (1974) *1º Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília - 5 a 21 agosto de 1974*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- SENNETT, Richard. (1988) *O declínio do homem público, as tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia das Letras.
- SILVA, Ernesto. (1985) *História de Brasília*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.
- STEIN, Clarence. (1956) *Toward new towns for America*. Nova York, Reinhold Publ. Co.
- WITTICK, Arnold. (1975) "Unidad vecinal". in *Enciclopedia de la planificación urbana*. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion local, p. 1289-92.